



XVII COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA
Universidade, desenvolvimento e futuro na Sociedade do Conhecimento

Mar del Plata – Argentina
22, 23 e 24 de novembro de 2017
ISBN: 978-85-68618-03-5



**AMBIENTALIZAÇÃO CURRICULAR: PERCEPÇÃO DAS
COORDENADORAS DOS CURSOS DE JORNALISMO DAS UNIVERSIDADES DO
PIAUI**

ELINARA SOARES BARROS DE SOUSA

Universidade Federal do Piauí

elinarabarros@ufpi.edu.br

RESUMO

A pesquisa tem como objetivo apreender a percepção das gestoras dos cursos de Jornalismo quanto à ambientalização curricular na formação profissional das universidades públicas do Piauí - Brasil. Para tanto, foram realizadas entrevistas com as coordenadoras dos três cursos para perceber como a questão é tratada pelas gestoras, levando em consideração as limitações do cargo. As entrevistas foram realizadas nos meses de junho e julho de 2015 e foi produzido um roteiro de questões-guia, sendo incluídos outros questionamentos quando necessário. Como resultado, percebeu-se que as coordenadoras possuem pouco conhecimento sobre as leis brasileiras que tratam da educação ambiental nas IES e que a percepção de ambientalização curricular é limitada à inclusão de uma disciplina de jornalismo ambiental. Há pouco incentivo para que os docentes abordem a questão nas aulas independente da inserção nas ementas das disciplinas e a elaboração de projetos de pesquisa e extensão que trabalhem de forma mais efetiva a temática ambiental.

Palavras chave: Gestão Sustentável; Ambientalização Curricular; Universidade; Jornalismo; Piauí.

1. INTRODUÇÃO

O ser humano muda o meio em que habita através da constante utilização dos recursos naturais para transformar seu modo de vida e facilitar suas atividades. Isso ficou mais evidente com o sedentarismo, em que a espécie humana passa a dominar a natureza através do uso dos recursos naturais para a agricultura, pecuária e a industrialização, buscando incessantemente adaptar o meio ambiente ao seu bem estar.

As interferências antrópicas sobre a natureza acontecem a partir do momento em que o ser humano modifica de alguma forma o meio em que vive. A construção de um prédio, o desmatamento de uma floresta ou a derrubada de uma única árvore são ações que causam impactos ambientais. Segundo Adissi e Almeida Neto (2013, p.7), “o impacto deve ser entendido como uma alteração no valor de um determinado parâmetro ambiental ao longo do tempo, com relação ao seu valor, caso nenhuma atividade humana tivesse sido realizada”.

Os impactos e consequências sofridos ao longo dos anos pela ação do ser humano sobre a natureza é uma preocupação que ficou mais evidente na sociedade a partir da década de 60 quando pôde ser percebido um número cada vez maior de movimentos sociais que tinham o meio ambiente como ponto de discussão.

Em decorrência disso, verifica-se preocupação constante com as questões ambientais. E tais como os movimentos sociais, as universidades possuem papel significativo nas discussões levantadas durante esse tempo. Além disso, faz-se necessário o destaque dos meios de comunicação como instrumentos importantes nas discussões trazidas por esses atores.

Diante disso, esta pesquisa traz uma relação entre universidade e jornalismo ao analisar a percepção das gestoras dos cursos sobre a formação ambiental que esses profissionais vêm recebendo das universidades públicas do estado do Piauí – Brasil: Universidade Federal do Piauí (UFPI) e a Universidade Estadual do Piauí (UESPI) (*campi* Teresina e Picos).

A escolha pelas duas universidades se deu a partir do que é posto pela Lei Federal nº 9394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que traz a caracterização de universidade no artigo 52:

As universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, que se caracterizam por: I - produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional; II - um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado; III - um terço do corpo docente em regime de tempo integral (BRASIL, 1996).

Além dessas características, o Conselho Estadual de Educação do Piauí (CEE-PI) estabelece em seu artigo 7º que as universidades estaduais devem ter os seguintes requisitos: funcionamento regular de programas de mestrado ou doutorado e atividade regular e indissociável de ensino, pesquisa e extensão.

Quanto à formação jornalística de nível superior no Piauí, percebe-se que está limitada a duas cidades: Teresina e Picos. Diante dessa informação é possível afirmar que há uma carência de instituições de nível superior para a formação do jornalista em todo o estado, o que acaba evidenciando concentração da oferta de cursos de formação superior de profissionais na área.

A formação do profissional de jornalismo voltou a ser pauta de discussão a partir da publicação da Resolução CNE/CES nº 01, de 27 de setembro de 2013, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Jornalismo, que deixou de ser uma habilitação do Curso de Comunicação Social e passou a ser curso de bacharelado em

Jornalismo. Com isso, foram realizadas diversas discussões sobre a importância da formação desses profissionais no Brasil.

As diretrizes curriculares publicadas trazem como uma das competências gerais do profissional de jornalismo a compreensão e valorização, a partir de uma perspectiva histórica e social, entre outras coisas do desenvolvimento sustentável nas competências e no eixo de formação humanística. Em decorrência disso, a organização dos currículos deve contemplar, no projeto pedagógico, seis eixos de formação: fundamentação humanística, fundamentação específica, fundamentação contextual, formação profissional, aplicação processual e prática laboratorial.

A partir das discussões sobre a formação do profissional de jornalismo e da inclusão do termo desenvolvimento sustentável nas novas diretrizes, destaca-se outra questão importante: a gestão do curso quanto à questão ambiental e conseqüentemente a busca por uma ambientalização curricular.

A presente pesquisa é apresentada a partir da relação existente entre meios de comunicação, meio ambiente e gestão universitária. Por isso, analisar a percepção dos gestores dos cursos de jornalismo é importante para avaliar como esses profissionais estão sendo formados pelas universidades brasileiras, o que afeta diretamente a qualidade desses profissionais no mercado de trabalho.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Na Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, organizada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) em colaboração com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) na cidade de Tbilisi, capital da Geórgia, em 1977, foi produzido um documento como resultado das discussões, conhecido como Declaração de Tbilisi.

Nessa conferência foi discutida a importância da educação na mudança de comportamento, ressaltou ainda a necessidade de a dimensão ambiental ser incorporada de forma geral no sistema educativo, atuando de forma transversal ao não ser tratada em uma disciplina específica ou separada do contexto.

Segundo Mercado (2012, p.1141, tradução nossa) “[...] a inclusão da dimensão ambiental e a perspectiva de sustentabilidade não é uma opção, mas sim um imperativo dos tempos presentes com vista para o futuro das sociedades”. Ou seja, não se trata de uma opção a abordagem da temática ambiental e a preocupação com as conseqüências causadas pelo atual modelo de desenvolvimento capitalista, mas sim de uma necessidade que surgiu ao decorrer do tempo e do contexto em que se vive. O que está em jogo é a questão de uma sustentabilidade a longo prazo e não algo imediatista como se viu até então.

Diante disso, percebe-se a importância da participação das IES no desenvolvimento sustentável, que foi definido em 1987 pelo Relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1991, p. 46) como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades”.

Segundo Costa (2012, p. 11) as “IES são órgãos privilegiados de propagação do conhecimento por meio de suas atividades de ensino e pesquisa, formando e orientando grande parte das pessoas que assumem cargos relevantes na sociedade”. A autora ainda afirma que essas Instituições devem ser modelos de sustentabilidade para a sociedade.

Tauchen e Brandli (2006, p. 504) afirmam que existem duas vertentes de pensamento referente ao papel desempenhado pelas IES quanto ao desenvolvimento sustentável:

A primeira destaca a questão educacional como uma prática fundamental para que as IES, pela formação, possam contribuir na qualificação de seus egressos, futuros tomadores de decisão, para que incluam em suas práticas profissionais a preocupação com as questões ambientais. A segunda corrente destaca a postura de algumas IES na implementação de SGAs [Sistemas de Gestão Ambiental] em seus campi universitários, como modelos e exemplos práticos de gestão sustentável para a sociedade.

E é a partir da segunda vertente que esta pesquisa se apresenta: analisar a percepção dos gestores de um curso quanto à questão ambiental.

Marcomin e Silva (2007) defendem que uma universidade ambientalmente responsável é capaz de modificar a sociedade, proporcionando uma economia social e ambientalmente mais sustentável, buscando preservar os limites ambientais e éticos de uma liberdade de mercado.

As universidades possuem responsabilidade social e devem se preocupar com a construção do desenvolvimento sustentável da sociedade. Diante disso, Tauchen e Brandli (2006, p. 503) afirmam que é necessário que as Instituições incorporem em suas gestões atitudes e práticas que buscam a sustentabilidade “seja para iniciar um processo de conscientização em todos os seus níveis, atingindo professores, funcionários e alunos, seja para tomar decisões fundamentais sobre planejamento, treinamento, operações ou atividades comuns em suas áreas físicas”.

Segundo Marcomin e Silva (2007, p.3-4), a universidade brasileira é tradicionalmente composta por três pilares fundamentais como atividades-fim: ensino, pesquisa e extensão e sobre a inter-relação entre eles afirmam que “alguns autores consideram que elas estão indissolúvelmente ligadas e sua ação deverá ser mutuamente inclusiva”.

Inclui-se mais um pilar como atividade-meio: gestão. Destaca-se que não se estabelece uma hierarquização nessa divisão, pois os três primeiros pilares são independentes entre si e possuem funções distintas.

Cabe destacar as discussões do termo ambientalização curricular. A palavra ambientalização não é tão comum, seja no meio acadêmico ou fora dele. Por se tratar de um neologismo da língua portuguesa, sua conceitualização em um dicionário ainda não está posta.

Quando se trata de ambientalização de uma universidade, deve acontecer a partir das categorias que compõem a instituição brasileira: docentes, técnicos-administrativos, discentes e prestadores de serviços. Não se deve limitar apenas à questão do ensino, mas ir além e trabalhar os pilares que constituem a IES.

Para Marcomin e Silva (2007, p.1), a ambientalização da universidade é possível com a participação de pessoas comprometidas e deve acontecer a partir de “mudanças de paradigma da Reitoria à sala de aula”. Com isso, cada categoria que compõe a universidade é importante e somente com uma ação em conjunto pode haver mudanças de atitudes dentro e fora da sala: através de aulas, da elaboração de projetos de pesquisa e extensão e na área da gestão institucional.

O que se pode definir como ambientalização é o que Carvalho e Toniol (2010, p.29) afirmam como

o processo de internalização da questão ambiental nas esferas sociais bem como na formação moral dos indivíduos. Este processo pode ser identificado tanto na emergência de questões e práticas ambientais como um fenômeno novo quanto na reconfiguração de práticas e lutas tradicionais que se transformam ao incorporar aspectos ambientais.

Quando se coloca o termo curricular na questão da ambientalização é necessário esclarecer que o currículo tratado neste trabalho não se refere somente ao PPC. Segundo Barba (2011, p.84), em um currículo são consideradas as “construções históricas, culturais e sociais da realidade associados ao conteúdo, à formação e à didática para a implementação dos mesmos”. Ou seja, busca-se uma prática relacionando a realidade construída socialmente e o que a instituição espera de seu profissional.

A presente pesquisa está limitada à proposta de percepção das coordenadoras quanto à temática ambiental, por isso, não se pretende avaliar a ambientalização das instituições, mas sim a percepção das gestoras dos cursos de jornalismo. Ou seja, tem-se como objetivo apreender sobre gestão dos cursos de Jornalismo quanto à questão da temática ambiental durante a formação desses profissionais nas pelas universidades públicas do Piauí. Para tanto, foram realizadas entrevistas com as coordenadoras dos três cursos para perceber como a questão é tratada nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC).

3. METODOLOGIA

O trabalho faz uso do método de abordagem qualitativo, baseado em uma pesquisa de campo e levantamento de dados os cursos de jornalismo das universidades públicas do Piauí.

Foram realizadas pesquisas na biblioteca Jornalista Carlos Castello Branco, localizada na UFPI. Além disso, foram utilizadas teses, dissertações, artigos publicados em revistas digitais e em anais de eventos disponíveis na Internet para se obter conhecimento do que foi produzido sobre o tema nos últimos anos, principalmente através do acesso às pesquisas recentes sobre a temática.

A técnica de pesquisa utilizada foi entrevista semiestruturada, que tem o objetivo de obter informações sobre a temática a partir da percepção dos entrevistados. Foram realizadas entrevistas com as três coordenadoras dos cursos nos meses de junho e julho de 2015. Para a realização das entrevistas foi produzido um roteiro de questões-guia, sendo incluídos outros questionamentos quando necessário.

Os dados foram obtidos durante as discussões para mudança do PPC para adequação à Resolução que determinou a alteração dos cursos de Comunicação Social/habilitação em Jornalismo para cursos de Bacharelado em Jornalismo. No entanto, os novos projetos pedagógicos não estão disponíveis nos sites institucionais das universidades. Com isso, não foi possível fazer uma comparação das informações apresentadas pelas coordenadoras com a atual realidade dos cursos.

Logo após a conclusão da coleta de dados, foram realizadas discussões levando em consideração as referências bibliográficas e os dados obtidos.

4. RESULTADOS

Os resultados obtidos com as entrevistas serão apresentados por instituição, ou seja, busca-se ter uma percepção da gestão que cada instituição possui e não a visão específica de um docente que está no cargo de gestor.

4.1 UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ - UFPI

A análise foi realizada sobre a percepção do gestor do curso de Jornalismo oferecido pela Universidade Federal do Piauí. No entanto, para melhor entendimento, é necessário ampliar o campo de visão e trazer à tona a estrutura organizacional em que o curso está inserido. Para tanto, foi necessário destacar a UFPI a partir do que é estabelecido pelo seu Estatuto e seu Regimento Geral.

A UFPI tem sua sede localizada no *Campus* denominado Ministro Petrônio Portella, na cidade de Teresina. A instituição possui ainda quatro *campi* instalados no interior do Estado, são eles: *Campus* Ministro Reis Veloso, localizado na cidade de Parnaíba; *Campus* Senador Helvídio Nunes de Barros, localizado na cidade de Picos; *Campus* Professora Cinobelina Elvas, localizado na cidade de Bom Jesus; e *Campus* Amílcar Ferreira Sobral, instalado na cidade de Floriano.

Segundo os Planos de Desenvolvimento Institucional (PDIs) 2010-2014/2015-2019, a missão da Instituição constante no Estatuto da Universidade é:

[...] propiciar a elaboração, sistematização e socialização do conhecimento filosófico, científico, artístico e tecnológico permanentemente adequado ao saber contemporâneo e à realidade social, formando recursos que contribuam para o desenvolvimento econômico, político, social e cultural local, regional e nacional.

O seu estatuto estabelece no art. 3º que a universidade tem como objetivo “cultivar o saber em todos os campos do conhecimento puro e aplicado” e possui como visão: “ser reconhecida como uma universidade de excelência na construção e difusão do conhecimento científico, tecnológico e artístico, comprometida com o desenvolvimento socioeconômico, de modo inovador e sustentável” (PDI UFPI 2015-2019). Percebe-se nesse trecho o uso do termo sustentável vinculado diretamente ao desenvolvimento social e econômico, baseado nas ciências. Com isso, é possível afirmar que houve uma preocupação por parte da comissão responsável pela elaboração do PDI em destacar que a instituição busca formar profissionais responsáveis socialmente.

O curso de Jornalismo foi criado em junho de 1984 pela Resolução CONSUN/UFPI nº 01 de 29/11/1983 e teve a renovação de reconhecimento pelo Ministério da Educação através da Portaria nº 707 de 18/12/2013, DOU de 19/12/2013 com a denominação de Comunicação Social/habilitação em Jornalismo. O curso é ofertado somente na capital do Estado, no Centro de Ciências da Educação “Prof. Mariano da Silva Neto” (CCE) localizado no *campus* Ministro Petrônio Portella.

O estatuto da UFPI (1973 atualizado, p.3) estabelece em seu artigo 4º que a Instituição é organizada com base em “departamentos reunidos em unidades denominadas Centros de Ciências e de Tecnologia, de coordenação setorial”, sendo estabelecido no artigo 6º que o “Departamento será a menor parte da estrutura universitária para todos os efeitos de organização administrativa, didático-científica e de distribuição de pessoal”.

Diante dessa organização, o curso de graduação em Jornalismo é administrado academicamente por dois órgãos executivos: Departamento de Comunicação Social (DCS) e Coordenação do Curso de Comunicação Social (C-CCS), cada um com suas competências específicas estabelecidas pelo Regimento Geral da Universidade Federal do Piauí, pelos artigos 36 e 39, respectivamente.

O Departamento de Comunicação Social conta com 18 professores efetivos, sendo doze doutores, dois mestres, três especialistas e um que não possui especificação da titulação no SIGAA. O departamento ainda possui em seu quadro de funcionários administrativo quatro técnicos, exercendo os seguintes cargos: dois assistentes em administração, um auxiliar em administração e um técnico em assuntos educacionais.

Os órgãos deliberativos do curso trazidos pelo regimento são: Assembleia Departamental e Colegiado de Curso. Quanto à Assembleia Departamental, o Art. 28 afirma:

[...] é a primeira instância de deliberação em matéria didática e administrativa no âmbito de sua atuação sendo composta pelo Chefe de Departamento, como seu Presidente, pelos professores no mesmo lotados, por um representante dos servidores técnico-administrativos, lotado no Departamento e eleito por seus pares, com mandato de 2 (dois) anos, e pela representação estudantil, indicada na forma da

lei, entre alunos matriculados no curso, com mandato de 01 (um) ano (REGIMENTO GERAL DA UFPI, 2000).

Já a composição do Colegiado de Curso, é estabelecido pelo artigo 30 do Regimento geral da UFPI (2000).

I - pelo Coordenador, como seu Presidente; II - pelo Sub-Coordenador, como seu Vice-Presidente; III - por um representante docente por Departamento, que ministre disciplinas específicas do Curso, eleito, com o respectivo suplente, pelos seus pares, com mandato de 2 (dois) anos; IV - pela representação discente, nos termos da legislação em vigor, com mandato de 1 (um) ano.

Sobre a competência do Colegiado de Curso, o Regimento afirma que sua função é de decidir, em primeira instância, sobre organização e revisão curricular. No entanto, este órgão tem o auxílio do Núcleo Docente Estruturante (NDE), que foi normatizado através da Resolução CONAES nº 01, de 17 de junho de 2010. Segundo o Art. 1º da citada Resolução, o NDE atua na concepção, consolidação e atualização dos projetos pedagógicos dos cursos, podendo destacar as atribuições definidas no Art. 2º, inciso II de “zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constante no currículo” e IV de “zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação”.

Fazendo a análise do eixo gestão do curso de jornalismo da UFPI, foi realizada somente em relação às questões específicas do cargo de coordenadora. O primeiro questionamento realizado foi: atualmente, existe alguma disciplina que trate da questão ambiental no curso de comunicação/ jornalismo?

A esse questionamento a coordenadora respondeu que a temática não é abordada especificamente em uma disciplina obrigatória, mas que existe no atual projeto pedagógico uma disciplina optativa em que o docente pode adequar a ementa para a área e jornalismo científico e ambiental. No caso da disciplina citada pela coordenadora a escolha da temática parte do professor.

A segunda pergunta foi: o perfil do profissional de jornalismo formado por esta universidade está de acordo com o que estabelece a Plano Nacional de Educação Ambiental e as diretrizes curriculares nacionais para a educação ambiental? A resposta foi negativa sobre o projeto em vigor, mas a gestora afirmou que estão sendo feitas reformulações para se adequar às diretrizes curriculares do curso de jornalismo e, conseqüentemente, “a gente vai adequar também a essas exigências curriculares que são mais amplas e vendo também a questão do que é pedido aqui na UFPI”.

Quando questionada se conhece alguma experiência de ambientalização curricular nos cursos de jornalismo, a coordenadora afirmou que o conhecimento mais próximo disso foi a inclusão de uma disciplina denominada jornalismo científico e ambiental na grade curricular do curso de uma faculdade de Teresina. Com isso, percebe-se que ambientalização curricular é vinculada a oferta de uma disciplina específica sobre a temática, descaracterizando o tema como transversal. Com isso, o que se vê é uma visão reducionista da questão, não considerando as diversas facetas existentes e a impossibilidade de separar o ser humano do meio em que vive.

O quarto questionamento foi: quais as mudanças no projeto pedagógico em relação às novas diretrizes curriculares do curso de Jornalismo e às diretrizes curriculares de educação ambiental? Até o momento da entrevista não tinha sido pensado como se dariam as alterações no novo PPC, se entraria como uma disciplina com ementa específica ou se a temática seria dissolvida em outras disciplinas.

Diante das respostas pode-se observar que não há discussão sobre a temática que parta da gestão do curso, não sendo incentivada a elaboração de projetos sobre o tema. Isso se deve também por falta de conhecimento da legislação que trata especificamente sobre educação superior e educação ambiental, fazendo com que o curso não se preocupe em atender às demandas existentes.

4.2 UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI

A UESPI foi autorizada somente em 1993, através de um Decreto Federal sem número, de 25 de fevereiro, publicado no Diário Oficial da União (DOU) nº 38, Seção I, p. 2359, a funcionar como universidade na modalidade de sistema de multicampi, tendo sua sede em Teresina e sendo constituída por *campi* instalados nas cidades de Floriano, Picos, Parnaíba e Corrente.

O Estatuto da instituição foi implantado em 2005, o que trouxe como decorrência a realização de eleições diretas para os cargos de reitor e vice-reitor. Anteriormente o cargo era indicado pelo governador do estado, trazendo consequências negativas considerando a interrupção dos trabalhos realizados por uma gestão, conforme afirma Nogueira (2006, p. 95):

De um modo geral, não há continuidade de uma gestão para outra, pois, a cada mudança de governo, mudam-se também os projetos, não havendo uma continuidade no que havia sido planejado. Portanto ocorrem momentos de continuidade e de descontinuidade nos projetos em andamento, seja pela monumentalidade que encerram (quase todos), seja pela interrupção do mandato reitoral do Prof. Dr. Jônathas Barros Nunes, em face da mudança de Governo, ao tomar posse o Governador Hugo Napoleão, período em que a UESPI teve como reitora *pro tempore* a Professora Maria do Socorro Cavalcanti.

A UESPI oferece dois cursos de Jornalismo: um no *Campus* Poeta Torquato Neto, localizado no bairro Pirajá, em Teresina; e outro no *Campus* Professor Barros Araújo, localizado na cidade de Picos.

Diferente da estrutura organizacional da UFPI, a UESPI determina em seu artigo 20 do Estatuto que a “Coordenação de Curso é a menor fração da estrutura universitária para efeitos de organização didático-científica”, com isso os docentes do curso são lotados na coordenação e não há a estrutura de departamentos.

O parágrafo único do artigo 20 explica que o cargo de coordenador deve ser preenchido por docente de carreira após eleições diretas com mandato de dois anos, sendo permitida somente uma reeleição imediata.

Como órgão deliberativo o Estatuto estabelece que cada curso terá um colegiado. A composição é trazida no artigo 22 do Regimento Geral da instituição, sendo estabelecidos os seguintes componentes: coordenador como presidente; representante docente correspondente ao número de blocos do curso, eleito por seus pares; representante discente na proporção de trinta por cento do total de membros do colegiado.

O curso de Jornalismo do *campus* de Teresina foi criado no ano de 2002 e conta com sete professores efetivos na área de jornalismo, dois na área de Relações Públicas e dois professores substitutos. No entanto, um professor está afastado por assumir cargo de representação de classe.

Quanto à titulação, o quadro de pessoal docente efetivo é composto por um especialista, cinco mestres e um professor doutor. Os dois professores substitutos são mestres. Além disso, o curso conta com dois técnicos-administrativos lotados na coordenação.

Em Picos o curso de Comunicação Social é vinculado à diretoria do *campus*, que apresenta outros nove cursos: Administração, Ciências Contábeis, Direito, Enfermagem, Licenciatura em Letras Português, Pedagogia, Agronomia, Ciências Biológicas, Educação Física.

O curso de Jornalismo do *campus* de Picos foi autorizado pelo Conselho Universitário (CONSUN) através da Resolução nº 38/2001 de 28 de janeiro de 2001, tendo sua primeira turma ingressado em 2002. Este foi o primeiro curso da área a ser instituído no interior do Estado.

O curso possui em seu quadro efetivo cinco docentes, todos com título de mestre, e nenhum técnico-administrativo.

A gestão do curso foi analisada a partir das respostas às entrevistas realizadas com as coordenadoras. Analisou-se somente os questionamentos específicos que foram realizados para as gestoras.

Quando perguntadas se “atualmente, existe alguma disciplina que trate da questão ambiental no curso de jornalismo” as duas coordenadoras responderam negativamente.

A coordenadora de Picos afirmou que há uma discussão para a inclusão nas alterações que estão sendo realizadas ao afirmar que está sendo pensado “nessa grade trabalhar alguma coisa com políticas públicas, uma coisa mais focada para legislação, porque a gente só tem uma disciplina de ética”. Questões de políticas públicas e ambientais entraram como foco na disciplina proposta, além de serem contextualizadas no semiárido.

O segundo questionamento realizado para as coordenadoras foi: o perfil do profissional de jornalismo formado por esta universidade está de acordo com o que estabelece o Plano Nacional de Educação Ambiental e as diretrizes curriculares nacionais para a educação ambiental. O desconhecimento sobre a Lei 9795/99 foi decisivo nas respostas, pois a temática não é incentivada pelas coordenações dos cursos. A coordenadora do *campus* de Teresina afirma não ter visto nenhum trabalho que tenha como foco essa temática.

Quando questionadas se conhecem alguma experiência de ambientalização curricular nos cursos de comunicação a resposta também foi não. No entanto, o que se percebeu foi a limitação do termo à oferta de disciplina específica. A coordenadora de Picos afirmou ter verificado fluxogramas de cursos de Jornalismo em outras universidades e não encontrou nenhuma que trabalhe a temática. A coordenadora de Teresina corroborou ao afirmar que também não vê nenhuma disciplina que trate dessa temática na faculdade em que trabalha.

O quarto questionamento realizado foi: Quais as mudanças no projeto pedagógico em relação às novas diretrizes curriculares do curso de Jornalismo e às diretrizes curriculares de educação ambiental? A coordenadora do *campus* Torquato Neto afirmou que a temática está sendo pensada durante a elaboração do projeto:

A gente está produzindo agora o projeto pedagógico e uma coisa que a gente colocou foi conhecer essa realidade sócio, econômica, cultural, ambiental do nosso Piauí e do Brasil. Acho que isso vai permitir que o aluno tenha primeiro o conhecimento de questões ambientais e de todas essas áreas [...] que envolve o Piauí.

A coordenadora do *campus* de Picos confirmou que os docentes responsáveis pelas mudanças dos PPCs estão discutindo a inclusão da temática ambiental nas disciplinas e afirma que “a questão dos direitos humanos, a questão do meio ambiente propriamente dito, está sendo pensada e arquitetada para trabalhar como disciplinas [...] e não como disciplinas optativas até porque são exigências dos eixos”. Nesse ponto pode-se perceber uma flexibilidade para mudança de ideia diferente em que possam ser trabalhadas temáticas além do que vem sendo feito atualmente. Com isso, a visão da coordenadora vai ao encontro da característica de ordem disciplinar: flexibilidade e permeabilidade.

Diante disso, percebe-se que as gestoras dos cursos não trazem contribuições quanto à questão ambiental por não possuírem conhecimento da legislação específica sobre a inclusão da educação ambiental nos cursos superiores e isso traz como consequência a carência percebida nos três eixos de atividade-fim da universidade.

Além disso, é importante a participação das gestoras no incentivo das atividades realizadas pelos docentes, provocação e acompanhamento de como os professores tratam da questão em sala de aula.

5 CONCLUSÃO

Quanto à gestão dos três cursos, o que se percebeu durante as entrevistas com as coordenadoras foi o pouco conhecimento sobre as leis que tratam da educação ambiental nas IES e que a ambientalização curricular é limitada à inclusão de uma disciplina de jornalismo ambiental. Com isso, há pouco incentivo para que os docentes abordem a questão nas aulas independente da inserção nas ementas das disciplinas e a elaboração de projetos de pesquisa e extensão que trabalhem de forma mais efetiva a temática ambiental.

Cabe destacar ainda que as alterações realizadas nos PPCs dos três cursos analisados não estão disponíveis nos sites das instituições, não sendo possível a análise se a temática passou a ser tratada mais especificamente no projeto pedagógico.

É necessário que os profissionais de jornalismo saiam da universidade com capacidade crítica para agir nas mais diversas situações que terá durante o exercício da profissão, por isso, é preciso estar atento à formação dos jornalistas, considerando seu papel social e a necessidade de se ter um olhar crítico sobre o meio ambiente e as questões que o envolve.

O que se percebe é que para que a temática seja discutida em sala de aula e abordada nas mais diversas disciplinas, é necessário que os docentes estejam capacitados para isso. E essa capacitação pode se dar durante a formação profissional ou através de realização de cursos. Além disso, é necessário ter capacitação e participação dos gestores, para que a cultura institucional seja modificada e as ações responsáveis sejam mais naturais e faça parte da vida de cada cidadão. No entanto, a realidade mostra que isso é um obstáculo que as universidades ainda devem ser ultrapassar.

Diante disso, é preciso que haja um posicionamento dos agentes envolvidos no processo de ambientalização curricular, ou seja, todas as categorias que constituem uma IES. É imprescindível também que haja mudanças nas ações dos alunos e na forma de percepção dos impactos de suas ações profissionais terão sobre o meio ambiente.

REFERÊNCIAS

ADISSI, Paulo José; ALMEIDA NETO, José Adolfo. A. Conceitos básicos da gestão ambiental. In: ADISSI, Paulo José; PINHEIRO, Francisco Alves; CARDOSO, Rosângela da Silva (orgs). **Gestão Ambiental de Unidades Produtivas**. São Paulo: Elsevier/Campus, 2013. p. 1-18.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 16 jul. 2017.

_____. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior. Resolução CONAES nº 1, de 17 de junho de 2010. Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências.

Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=15712&Itemid=1093>. Acesso em: 18 mai. 2017.

_____. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CES nº 1, de 27 de setembro de 2013. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Jornalismo, bacharelado, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1º out. 2013 – Seção 1 – p. 26. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=14242-rces001-13&category_slug=setembro-2013-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 20 jul. 2017.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

COSTA, Andrea Viviane de Oliveira. **Indicadores de sustentabilidade para instituições de ensino superior**: contribuições para a Agenda Ambiental PUC-Rio. 2012. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Metrologia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

MARCOMIN, Fátima Elizabei; SILVA, Alberto Dias Vieira. A universidade sustentável: alguns elementos para a ambientalização do ensino superior a partir da realidade brasileira. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCACIÓN AMBIENTAL DOS PAÍSES LUSÓFONOS E GALICIA, 2007, Santiago de Compostela. **Anais eletrônicos...** Santiago de Compostela, 2007. Disponível em:
<http://www.ceida.org/CD_CONGRESO_lus/documentacion_ea/comunicacions/EA_e_Universidade/DiasVieiradaSilvaAlberto_MarcomimElizabeti.html> Acesso em: 06 mai. 2017.

MERCADO, Maria Teresa Bravo. La UNAM y sus procesos de ambientalización curricular. **Revista Mexicana de Investigación Temática**, v. 17, nº 55, p. 1119-1146, 2012.

NOGUEIRA, Fernando do Amaral. **Continuidade e Descontinuidade Administrativa em Governos Locais**: Fatores que sustentam a ação pública ao longo dos anos. São Paulo: Dissertação de Mestrado em Administração da FGV, 2006.

TAUCHEN, Joel; BRANDLI, Luciana Londero. A gestão ambiental em instituições de ensino superior: modelo para implantação em campus universitário. **Revista Gestão e Produção**, v.13, n.3, p.503-515, set.-dez. 2006.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ. **Regimento Geral**. Disponível em:
<<http://www.uespi.br/site/wp-content/uploads/2013/07/resolucao%20e%20regimento%20da%20uespi.pdf>> Acesso em: 25 mai. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Regimento Geral**. Resolução CONSUN n. 21, de 21 de setembro de 2000. Disponível em:
<http://www.ufpi.br/arquivos/File/estatutos_e_regimentos/regimento_geral_ufpi.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2015-2019**. Resolução CONSUN n. 2/2015, de 15 de julho de 2015. Disponível em:

<http://ufpi.edu.br/arquivos_download/arquivos/PDI%20%202015_2019%20UFPI%20ultima%20versao.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2017.